

UMA TOPOGRAFIA SUBJECTIVA DO PARENTESCO

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS REDES DE PARENTESCO NAS FAMÍLIAS URBANAS*

JEAN KELLERHALS**
E HUGHETTE McCLUSKEY

1. INTRODUÇÃO

Nos múltiplos estudos de sociologia da família que apareceram desde o fim dos anos 60, o tema do parentesco ocupa um lugar bastante modesto. Os equilíbrios precários do casal, as relações entre pais e filhos, os condicionalismos sociais da família nuclear constituem os domínios principais de estudo, tanto nos Estados Unidos como na Europa. Opera-se assim uma espécie de inversão em relação à etnologia do grupo familiar: esta última trata sobretudo a questão do parentesco, enquanto que a sociologia se fixa no casal e nos seus filhos¹.

Esta tendência tem mais a ver, segundo nos parece, com a determinação social da pesquisa sociológica do que com uma escolha epistemológica assumida ou um conhecimento sólido dos factos. Com efeito, desde os meados dos anos 60, a noção de crise da família baseou-se em grande medida na ideia de um fracasso das uniões fundadas sobre o sentimento amoroso e também no problema da desigualdade da troca entre os homens e as mulheres. Em consequência, ocupados como estavam em definir as tensões do grupo doméstico, os sociólogos europeus esqueceram-se, salvo algumas raras excepções (Pitrou, Roussel, por exemplo), de definir o lugar do parentesco nos sistemas familiares das sociedades industriais e urbanas.

* Este texto faz parte de uma pesquisa FNRS 1.530.0.82 (1983-1985), dirigida por Jean Kellerhals. Investigadores associados: Josette Coenen-Huther, Emmanuel Lazega, Pierre-Yves Troutot, Lucila Valente. Com a colaboração de Chokoufeh Etemad-Samii, Elizabeth Leclerc, Huguette McCluskey, Marianne Modak e Geneviève Wirth. Tradução de Karin Wall.

** Universidade de Genebra, Suíça.

Este esquecimento relativo pode também ligar-se a uma interpretação abusiva das teorias de Parsons sobre o isolamento da família nuclear nas sociedades contemporâneas. É demasiado frequente, escreve Gary Lee², associar-se às interações quotidianas com os parentes (encontros, favores, ajuda financeira ocasional) a ideia de uma independência estrutural entre família nuclear e parentesco em matéria de sobrevivência económica e de carreira profissional. Ora este isolamento «interaccional» absoluto não faz parte das teses de Parsons e de Goode. É verdade, no entanto, que a ideia de uma importância funcional diminuída da rede de parentesco (em relação à situação que predominava nas sociedades pré-industriais) não encorajou trabalhos sobre este tema. Apesar desta carência relativa, um certo número de pesquisas históricas, demográficas e sociológicas permitiram liquidar alguns estereótipos. No que diz respeito ao «reservatório de parentesco», mostrou-se que a probabilidade de conhecer e de conviver com os ascendentes é muito mais forte hoje em dia, graças ao prolongamento da esperança média de vida, de que no passado³. Para pessoas que têm à volta de quarenta anos, a coexistência de três gerações é normal, e a de quatro não é rara⁴. Mostrou-se a importância do parentesco como estrutura mediadora entre populações migrantes de origem rural e as condições de produção industrial urbanas⁵. Pôs-se em evidência a importância dos favores quotidianos prestados entre as gerações, especialmente nos meios mais modestos⁶. Notou-se a frequência das relações e dos contactos «expressivos» entre pais e filhos casados⁷.

Se a importância da rede de parentesco começa a ser reconhecida — e sê-lo-á tanto mais quanto se multiplicam os divórcios e as famílias monoparentais⁸ — a sua estruturação ainda está pouco explorada. Sabe-se que as regras de filiação bilaterais características do nosso sistema de parentesco não definem, quer no plano institucional quer no das relações sociais concretas, nenhum grupo preciso de parentesco que possa ser identificado pelas suas componentes e pelas suas tarefas⁹. Sabe-se também que as nossas relações de parentesco são mais governadas pelo princípio da *seletividade* (cada um escolhe as suas relações) do que pelos critérios de *estatuto* (isto é, a presença de normas que prescrevem uma atitude idêntica em relação a todos os membros de uma dada categoria de parentesco). Seria portanto interessante identificar as *fronteiras* que os actores estabelecem numa rede definida de maneira tão imprecisa e conhecer as determinantes sociais que regem (talvez da mesma forma que a escolha do cônjuge) a privatização aparente dos comportamentos. Claro que já foram exploradas algumas propriedades parciais destas redes. Observaram-se os limites do parentesco conhecido relativamente ao parentesco potencial. Também se evidenciou que as relações são mais acentuadas em linha directa do que com os colaterais¹⁰. Alguns autores (Pitrou, Segalen, etc.) constataram alguma matrilinearidade (de mãe para filha) nas relações de ajuda quotidiana. De um ponto de vista funcional, pôs-se em relevo uma multifuncionalidade maior das relações de parentesco nos meios populares que nos meios

dos quadros. Mas continuam a ser mal conhecidas as formas e as determinantes das relações entre o parentesco reconhecido, efectivo e íntimo e pouco elaborados os conceitos que as caracterizam. Este artigo tem por objectivo contribuir, de uma forma muito parcial, para o conhecimento mais aprofundado dessas formas e desses conceitos.

Na análise destas redes, é possível adoptar dois ângulos de observação. O primeiro examina a orientação, a frequência e a finalidade *concretas* das diversas interações. O segundo procura saber quem se reconhece como parente, a quem a pessoa se sente ligada. A vantagem da primeira fórmula é o seu realismo. Os limites encontram-se no facto da distância geográfica ou da conjuntura deformarem, numa análise sincrónica, o fluxo real das trocas afectivas e funcionais que apareceriam mais facilmente numa perspectiva longitudinal. Em comparação, a segunda fórmula dá-nos uma ideia razoável do parentesco subjectivo, mas, utilizada sozinha, não fornece indicações sobre a intensidade real das trocas num dado momento. Seria portanto necessário utilizar as duas. Limitar-nos-emos aqui, pela recolha de dados já efectuada, à segunda fórmula, sem querer por isso indicar uma preferência metodológica ou teórica. No entanto, os conceitos que empregamos para analisar as redes podem ser os mesmos num e noutra caso. É nosso objectivo propôr aqui alguns destes conceitos.

Como é que se estrutura então a rede subjectiva do parentesco e que conceitos utilizar para a sua análise, eis as questões que trataremos em seguida.

2. CONCEITOS E MÉTODOS

Por outras palavras, a pergunta que aqui se coloca é a seguinte: no conjunto dos «parentes» — irmãos, tios, primos, etc., — que nos propõem os termos genealógicos, com quem é que se estabelecem alianças? Quem é reconhecido como parente? É verosímil que nem todos os «reconhecidos» sejam eleitos. Nesse caso, onde é que se colocam as fronteiras? Qual é a rede subjectiva de parentescos?

Esta questão liga-se a outra: será que podemos falar no singular? Será que existe uma única rede de parentesco subjectiva, ou várias? As pessoas com quem rimos, aqueles que amamos, aquelas a quem devemos favores, não são talvez as mesmas, ou pelo menos não o são sistematicamente, que aquelas a quem pedimos serviços. Será então necessário desenhar tantas redes quantas as emoções a partilhar ou quantos os bens a trocar? Seriam exigências a mais. É no entanto possível definir três pontos de vista genéricos, e limitar assim a três as topografias de parentesco potencialmente diferentes:

- A rede das *afinidades* envolve os parentes que a pessoa selecciona porque gosta da companhia deles, porque se interessa pelo destino

deles, as suas ideias, o seu futuro. Por outras palavras, é a rede sentimental (expressiva).

- A rede de *solidariedade* compreende os parentes pelos quais a pessoa concorda em sacrificar algum tempo, algum dinheiro, certos esforços. Trata-se de parentes que se aceita ajudar em caso de necessidade mesmo que não se tenha forçosamente vontade.
- Simetricamente, a rede de *autoprotecção* diz respeito aos parentes a quem a pessoa pode pedir ajuda (ou, mais precisamente, julga ter o direito de lhes pedir ajuda). São as pessoas a quem se pode recorrer em casos de golpes duros ou imprevistos.

Embora não procurem esgotar todas as atitudes possíveis, estes três pontos de vista qualificam bastante nitidamente as principais relações que podem existir entre pessoas que as genealogias «objectivas» designam como parentes¹¹.

Sendo assim, se os dois membros do casal são levados a escolher as pessoas que eles elegem em cada uma destas redes, podemos definir a estrutura deste parentesco subjectivo através dos seguintes conceitos:

1) A *densidade* de uma rede designa a relação entre o número de eleitos e o conjunto das pessoas potencialmente elegíveis. O conjunto dos pais e das mães, dos irmãos e irmãs, tios, tias e primos constitui uma espécie de reservatório de parentes objectivos. A pessoa em causa pode seleccionar um número pequeno ou, pelo contrário, escolhê-los a todos. A densidade designa esta proporção.

2) A *lateralização* pretende medir se um dos «lados» da rede (o lado do homem ou da mulher) é mais investido, mais denso que o outro. Como temos de trabalhar em termos de proporções, e não com números absolutos, trata-se de facto da comparação de duas densidades.

3) A *homogeneidade* define a correspondência das escolhas dos diferentes actores implicados (neste caso, dos dois cônjuges). Num dos extremos, cada um pode constituir uma rede própria. No outro extremo, as escolhas dos actores podem todas implicar as mesmas pessoas. Através deste conceito procura-se evidentemente saber se se criam laços entre as famílias dos dois cônjuges ou se, pelo contrário, o casamento vem apenas reunir segmentos que permanecem estranhos uns aos outros.

4) A *polarização* indica o facto de um dos actores (o homem ou a mulher) efectuar um número sensivelmente superior de escolhas que o outro. Nesse caso, as relações com o parentesco podem centrar-se numa pessoa em vez de implicar o casal ou a família. Em casos de uma polarização forte, estamos em presença de uma espécie de «delegado dos assuntos familiares» dentro do grupo doméstico. Pelo contrário, o homem e a mulher podem seleccionar um número aproximadamente igual de pessoas; associada à medida da homogeneidade, a da polarização permite uma avaliação do carácter mais ou menos colectivo da rede subjectiva de parentesco.

5) A *consanguinidade da rede* mede o grau de integração dos aliados na rede subjectiva de parentesco. Existem aqui duas maneiras de definir os consanguíneos. Uma definição alargada considera como tais, em relação a «ego», tanto os consanguíneos deste como os de «alter». Uma definição restrita não retém estes últimos. Como procuramos definir a rede e não as atitudes individuais, temos de reter a definição alargada. A consanguinidade será igual a um quando todas as escolhas (do homem e da mulher) recaem sobre consanguíneos. Seria igual a zero no caso (pouco provável) em que não se retivesse nenhum consanguíneo.

6) A *inclusão* faz referência à maior ou menor similitude das redes. Será que encontramos tantas redes quantas as atitudes ou, pelo contrário, um conjunto único, muito multifuncional, de parentesco subjectivo?

Estas seis identificações estruturais da rede podem, como já referimos, ser estabelecidas a partir do momento em que pelo menos dois membros do mesmo grupo nuclear escolhem certos membros do seu parentesco objectivo. Não seria difícil construir medidas mais complexas (e ainda mais interessantes) comparando as escolhas emitidas por várias famílias nucleares dentro de um mesmo conjunto de parentesco. É um procedimento que parece fácil em termos teóricos mas é extremamente caro na prática: é difícil recorrermos a ele.

Uma vez definidas estas noções, será necessário referir alguns aspectos metodológicos. Procuramos estabelecer esta topografia subjectiva do parentesco através da observação de cem famílias urbanas da região genebrina. São todas famílias de nacionalidade suíça. Os cônjuges têm à volta de dez anos de vida em conjunto. Constituímos dois conjuntos diferentes. Os «primeiros casamentos de meios burgueses» envolvem profissões liberais ou quadros superiores. A formação dos cônjuges é em geral universitária. Nos casos em que os níveis de formação do homem e da mulher não concordavam, demos prioridade, na classificação, ao estatuto profissional do homem. Os «primeiros casamentos de meios populares» dizem respeito aos estatutos de empregados subalternos, de operários qualificados e de pequenos trabalhadores por conta própria (padeiro, pequeno comércio, etc.).

Estes dois grupos foram constituídos enquanto amostras opostas. Não representam portanto a gama inteira das famílias genebrinas. Mas *permitem definir bem o que significa o parentesco para «jovens» famílias de quadros ou de assalariados modestos.*

A observação decorreu da maneira seguinte. Em primeiro lugar, com a ajuda de grandes árvores genealógicas «mudas» (parecidas com alguns mapas geográficos em branco), pedimos aos dois cônjuges para nomear e colocar as pessoas vivas — avós, pai e mãe, tios e tias e respectivos cônjuges, irmãos e irmãs respectivos cônjuges, primos diretos e respectivos cônjuges — que constituem a sua rede «objectiva» de parentesco directo. É evidente que o corte é em parte arbitrário dado que, nos nossos sistemas, o parentesco, por assim dizer, nunca mais acaba. Fizemos o corte no sítio em

que os termos de parentesco deixam de ser específicos (segundo primo, etc.). Pode assim fazer-se corresponder as atitudes e os termos. Por outro lado, esta maneira de situar o corte supõe que tenham sido incluídos os sobrinhos. No entanto, dado a idade dos casais observados, os sobrinhos ainda não nasceram ou ainda são muito novos. Desistimos portanto de os incluir e passamos a considerar apenas os *adultos* da rede objectiva de parentesco.

Uma vez preenchido este mapa, cada cônjuge teve — individualmente — de efectuar três operações: *a)* pôr um círculo nas pessoas com quem convive, com quem procura passar fins-de-semana ou serões, e/ou de quem se sente íntimo, cujo futuro lhe interessa, com quem se sente próximo mesmo se os encontros efectivos são muito raros. As pessoas designadas desta maneira constituem a rede de *afinidade*. Evidentemente, os dois cônjuges podem designar pessoas diferentes; *b)* seguindo um procedimento semelhante, pede-se aos cônjuges para indicar as pessoas pelas quais se empenhariam em caso de dificuldades, pelas quais fariam algum sacrifício ou «o máximo possível» (ajuda financeira, visitas, ajuda no trabalho doméstico, tratar de certos assuntos, etc.) se o desemprego, a doença ou outro problema atingisse essas famílias. Constitui-se assim a rede de *solidariedade*. Pede-se em seguida as razões pelas quais alguns parentes «objectivos» não foram incluídos; *c)* utilizamos um procedimento um pouco diferente para a rede de *autoprotecção*. Construimos uma *situação-teste* concreta onde se pede ao casal para se pôr de acordo sobre as pessoas que os dois aceitariam solicitar se de repente tivessem necessidade de uma grande quantidade de dinheiro cujas modalidades de reembolso não fosse possível definir com clareza. Está bem explícito nas instruções que não é o acordo provável ou improvável dos parentes em causa que deve servir de critério de escolha, mas que estamos interessados nas pessoas a quem se aceita pedir uma ajuda desse tipo. Nesta terceira rede, não há uma resposta individual: cada cônjuge pode emitir um veto eventual à escolha do outro. Da mesma maneira, o observador anota a escolha do casal e não a escolha de um membro do casal. É menos artificial¹².

As redes subjectivas do parentesco definidas desta maneira não correspondem às redes que poderiam representar, por exemplo, as trocas de bens ou de serviços, as partilhas de emoções ou de serões realizadas concretamente num dado intervalo de tempo (o «ano passado», por exemplo). Tanto um como o outro método de definição da rede têm os seus limites: aquele que empregamos peca por excesso, o segundo por defeito. Deve-se portanto considerá-los como complementares e não como antagónicos¹³.

3. RESULTADOS

3.1. A densidade

O imponente reservatório de parentesco composto pelos pais, irmãos, tios e primos só é utilizado muito parcialmente. Para a rede de *afinidade*, apenas aproximadamente 30% dos «nomeados» são eleitos. Acontece o mesmo com a rede de *solidariedade*. O indicador da rede de *autoprotecção* faz aparecer uma densidade ainda mais fraca, pois só chega a atingir 10-12%.

Esta densidade *diminui regularmente* em função do tamanho objectivo da rede de parentesco. Isto significa que não existe necessariamente uma atitude estandardizada em relação ao conjunto dos membros de uma certa denominação (os tios e as tias, por exemplo), atitude que provocaria sistematicamente uma ligação. Estamos antes perante a constituição, por parte do casal ou da família nuclear, de uma espécie de reservatório de parentes que se julgam próximos: *a partir do momento em que se tem um certo número de parentes, a motivação para ir à procura de outros parece tornar-se mais fraca*. Isto significa, no caso da afinidade e da solidariedade, que se depende de umas dez pessoas, independentemente da extensão objectiva da rede. Deste ponto de vista, as variações dos comportamentos não são muito grandes. Aparentemente, então, as atitudes em relação ao parentesco funcionam mais segundo um princípio privatizado (os familiares decidem quem seleccionam sem ter em conta as etiquetas oficiais) do que segundo um princípio estatutário (a conduta é ditada pela etiqueta). No entanto, veremos que é preciso colocar algumas reservas a esta afirmação.

Este primeiro resultado mostra que o sentimento eventual de solidão familiar tantas vezes invocado não é produzido pela falta de efectivos potenciais, mas antes por um retraimento dos familiares.

Como é que esta densidade varia segundo os diferentes estatutos de parentesco? No que diz respeito à rede de *afinidade*, os pais (pai/mãe) e os irmãos e as irmãs são escolhidos intensamente: em média, quatro em cinco são eleitos (um pouco mais de 80%). Mas esta proporção desce rapidamente: não é mais de um em dois aproximadamente para os cunhados e as cunhadas. A afinidade tem dificuldade em romper o círculo dos consaguíneos. Só diz respeito a uma pessoa em cinco na categoria dos tios e das tias, e desce até 10% no conjunto de primos e cônjuges de tios e tias. Pode então dizer-se que *os colaterais não entram por assim dizer na rede de emoções, de significado afectivo, da família nuclear*.

Em relação à rede de *solidariedade*, a conclusão é a mesma com a diferença que a densidade dos pais e dos irmãos e irmãs aumenta um pouco (quase 90%), e a densidade dos primos e cônjuges de tios-tias desce mais ainda. Os membros da família nuclear não estão portanto dispostos (ou não se consideram normalmente implicados) a estender a sua solidariedade àqueles que a cultura designa no entanto como parentes próximos. De uma

maneira geral, sobressai a ideia de que *a rede de entreaajuda deve funcionar verticalmente, ao longo das gerações, e não horizontalmente (à excepção dos irmãos e das irmãs).*

Quanto à rede de autoprotecção, os familiares limitam-na ao máximo. Apenas duas ou três pessoas ou casais são em média implicados. O constrangimento que os familiares sentem em recorrer à rede potencial é considerável: não consideram ter esse direito, ou estão preocupados em salvar as aparências. Retêm-se apenas duas ou três pessoas íntimas. Quem são? Os avós ainda vivos são, curiosamente, quase sempre excluídos: menos de um em cinco é susceptível de ser chamado a ajudar. Pensa-se «que já deram muito». Os pais, pelo contrário, são incluídos com mais frequência: três em cinco. Quanto aos irmãos e às irmãs, passa-se novamente para um em três e praticamente não se faz apelo ao conjunto de tios, tias, e primos (menos de 5%).

É portanto para círculos exteriores ao parentesco que se orienta frequentemente a rede de autoprotecção. Duas grandes razões estão na base desta reserva por parte dos familiares: têm a impressão que o preço a pagar em termos de relações familiares seria demasiado elevado («não queremos ficar a dever favores, temos medo de incomodar, que olhem muito para nós») ou então julgam que os seus colaterais têm as suas próprias redes para apoiar («eles têm os seus encargos, não lhes diz respeito»).

Será que esta densidade das redes é sensível à posição de classe das famílias? É, quando se trata das redes de *afinidade* e de *solidariedade*. Os meios populares têm uma rede mais ampla: fazem apelo em média a quinze pessoas, enquanto que nos meios «burgueses» este número é de dez aproximadamente. No entanto, em matéria de autoprotecção, não se encontram grandes diferenças: os meios populares não desejam mobilizar a sua família mais do que os outros.

3.2. A lateralização

Em que medida é que se investe mais na família de um dos cônjuges? A resposta a esta pergunta resulta da comparação de duas densidades: a proporção de eleitos do lado do homem e do lado da esposa.

Sobre o total das famílias, esta lateralização é pouco marcada: as densidades masculina e feminina são mais ou menos parecidas. Mas esta perspectiva geral é um pouco enganadora. De facto, se compararmos família a família, verificando em cada caso se se investe mais num dos segmentos, obtemos os resultados seguintes:

- Em quarenta e oito famílias contra trinta e seis (e onze «neutras»), *a rede de afinidade é mais densa do lado feminino que do lado masculino.* Por outras palavras, isto significa que é raro encontrar um equilíbrio perfeito entre os dois lados, mas que o desequilíbrio das

relações afectivas faz-se mais vezes «em proveito» da família da esposa. Vê-se melhor esta lateralização ao comparar as proporções de eleitos segundo a categoria de parentes. Nos meios populares, os irmãos e as irmãs por um lado, os tios e as tias por outro, são mais utilizados do lado feminino (85 e 51%) que do lado masculino (68 e 25%). O mesmo não acontece nos casamentos de meios burgueses, onde os dois lados revelam uma densidade praticamente igual. Por outro lado, no que diz respeito ao pai e à mãe, a sua eleição aproxima-se dos 80% em todos os casos, enquanto que os primos são sistematicamente descurados. Conclui-se dos dados apresentados que, no geral, a lateralização é ligeiramente mais pronunciada na família da mulher, mas que se esconde aí *uma densidade da rede familiar da mulher muito mais pronunciada que do lado do homem, e que isso é verdade apenas no caso dos meios populares, e limita-se às categorias dos irmãos/irmãs e dos tios/tias.*

- Na rede de *solidariedade*, não se passa nada de parecido. Quando existe um desequilíbrio — e é frequente — é em proveito ora de um dos segmentos ora do outro.
- Uma lateralização forte também aparece na rede de *autoprotecção*. *O lado masculino* prevalece em cinquenta e um casos contra trinta e quatro. Vale a pena olhar para este resultado em detalhe através da análise da importância do apelo às diferentes categorias de parentes. Em quase todos os casos, como já vimos, os tios, as tias e os primos são descurados, mas o recurso aos irmãos e às irmãs sobe para 45% nos casamentos de meios burgueses no que diz respeito ao segmento masculino. É muito. Este recurso só atinge 16% no lado feminino. É como se pertencesse ao homem e ao parentesco dele proteger materialmente a família nuclear. Nos casamentos de meios populares, esta lateralização não existe: faz-se pouco apelo aos irmãos e irmãs (27% no conjunto), e da mesma maneira dos dois lados. Os resultados são parecidos quando se trata do pai e da mãe: *uma nítida lateralização masculina no topo da escala social (74% versus 50%), fraca ou nula na parte inferior (71% versus 66%).*

Assim, em termos de tendências, constata-se uma lateralização feminina da rede de afinidade e uma lateralização masculina da rede de autoprotecção. No entanto, é preciso não esquecer que se poderia obter resultados diferentes se os *serviços* (em vez do dinheiro) fossem utilizados como indicador da autoprotecção.

3.3. A homogeneidade

Trata-se aqui da semelhança das escolhas dos dois cônjuges. Estaremos perante uma rede ou duas?

Dado que o objectivo da análise da homogeneidade era saber se as famílias de origem, distintas à partida, formam progressivamente um mesmo todo na subjectividade do «nós-família», limitámos o cálculo aos consanguíneos (num sentido estrito, isto é, os consanguíneos directos do homem ou da mulher). A inclusão dos aliados (cônjuges dos consanguíneos) teria enfraquecido excessivamente a medida.

Em matéria de *afinidade*, esta homogeneidade é apenas parcial, pois sobe em média até 55%. Este dado corresponde, na generalidade dos casos, ao facto dos cônjuges efectuarem duas escolhas comuns em quatro, às quais se junta, para cada um deles, uma escolha não partilhada. Apesar da fraqueza do índice, há de facto formação de uma rede comum. Se nos colocarmos do ponto de vista da subjectividade de um dos actores (e não do ponto de vista da rede enquanto tal), vemos que «ego» partilha dois terços das suas escolhas com «alter».

No que diz respeito à *solidariedade*, a homogeneidade é mais forte ainda: sobe a 65% aproximadamente. Os dados dão-nos uma imagem geral de cônjuges que elegem duas pessoas em comum, e que depois atribuem um «voto» individual a um dos esposos. Esta homogeneidade quase que não é sensível às diferenças de pertença social das famílias. Também não depende — e isto é bastante revelador do estatuto contemporâneo do parentesco — do tamanho objectivo da rede (quanto maior fosse, tanto maiores seriam as oportunidades teóricas de heterogeneidade; tal não se verifica na prática).

3.4. A polarização

Haverá um «delegado conjugal dos assuntos familiares»? Se isso acontece frequentemente¹⁴ quando se trata de tarefas concretas (oferecer uma prenda, escrever, etc.), não parece ser verdade em matéria de atitudes subjectivas. De facto, o número de escolhas efectuadas pelo marido não é inferior ao da esposa. Nem em matéria de afinidade (onde se esperava encontrar mais influência por parte da mulher), nem em matéria de solidariedade. Isto significa evidentemente que o número absoluto das escolhas é bastante próximo: oito no caso dos casamentos «burgueses», doze no caso dos casamentos dos meios populares.

Ficaremos ainda mais convencidos desta ausência de polarização se analisarmos os desvios-padrão em vez das médias. Um desvio-padrão mais elevado seria revelador de uma privatização maior da atitude. Acontece que estes desvios são muito próximos.

Se considerarmos simultaneamente os índices de homogeneidade e de

polarização, concluímos que estamos perante uma formação colectiva da rede subjectiva de parentesco, e não perante uma soma de atitudes e de escolhas específicas de cada um dos cônjuges.

3.5. A consanguinidade

Apesar da forte privatização das atitudes em relação ao parentesco, estas acomodam-se no interior das fronteiras genealógicas em vez de as ignorar. A densidade já nos forneceu indícios a esse respeito. A consanguinidade fornecer-nos-á mais um. De facto, se adoptarmos uma definição alargada deste termo, constatamos que oito a nove escolhas em dez dizem respeito a consanguíneos. *Os aliados* (cônjuges de irmãos e irmãs, cônjuges de tios e tias) *são muito raramente incluídos*. Isto é verdade quer para a solidariedade quer para a afinidade. Deste ponto de vista, não há nada que distinga as escolhas das mulheres das dos homens, as dos assalariados subalternos das dos quadros.

Em resumo, acontece com a «escolha de parentesco» o mesmo que acontece com a escolha do cônjuge: *é no interior de fronteiras definidas socialmente (a consanguinidade no caso que estamos a tratar) que funciona a privatização*.

3.6. A inclusão

Falta analisar uma questão importante: em que medida é que as três redes de afinidade, de solidariedade e de autoprotecção se sobrepõem? Será que implicam as mesmas pessoas? Por outras palavras, qual é o seu grau de *inclusão*? É esta inclusão que nos informa do grau de reciprocidade das atitudes e sobre os fundamentos das atitudes de entreatajuda.

As pessoas de quem nos dizemos solidárias serão também aquelas de quem gostamos? De quatro casos em cinco, trata-se das mesmas. Reciprocamente, é raro encontrar alguém que sinta um dever de solidariedade em relação a pessoas de quem não se sinta próximo. A inclusão forte (75%) destas duas redes significa portanto que *o parentesco objectivo já não chega para fundar uma «dívida» ou um princípio de solidariedade. É a afinidade que vem dar fundamento à solidariedade*. É preciso colocar aqui uma reserva: como a afinidade se limita muitas vezes ao parentesco imediato (pai/mãe, irmão/irmã) é difícil, nesse contexto, eliminar completamente a ideia de um fundamento estatutário da solidariedade. Para além deste pormenor, os factos são mais claros.

Esta perspectiva encontra-se reforçada quando se observa que a rede de autoprotecção constitui um subconjunto da rede de afinidade. De nove casos em dez é às pessoas com quem se considera ter afinidades que se faz apelo para pedir dinheiro emprestado. Não é obrigatório que seja assim: a

autoprotecção podia muito bem basear-se num parentesco objectivo ... ou nos recursos de parentes afastados! Em que medida é que existe alguma reciprocidade? Está-se pronto a ajudar aqueles que nos pedem protecção? Aqui a inclusão também é considerável: a rede de autoprotecção está incluída a 90%, aproximadamente, na rede de solidariedade. Evidentemente, como vimos, a rede de autoprotecção é bastante mais estreita que a rede de solidariedade, mas isso não impede as atitudes de serem recíprocas. *Eis portanto dois aspectos fundamentais da inclusão: a legitimação da entreadjudada pela afinidade, a simetria ou a reciprocidade das atitudes.*

CONCLUSÃO

Procuremos resumir esta análise breve do parentesco subjectivo. Constata-se que o casal constrói, ao seleccionar «livremente» os seus eleitos, uma pequena sociedade para uso próprio: dez a quinze parentes «efectivos» em média, quando o parentesco «nomeado» permitiria chegar a um número três ou quatro vezes superior. Marido e mulher escolhem a maior parte das vezes as mesmas pessoas, e fazem-no muito sistematicamente no reservatório único dos consanguíneos. Os «eleitos» provêm mais frequentemente do lado dela, no caso da afinidade, do lado dele no caso da autoprotecção financeira; pelo contrário, os cônjuges manifestam igualmente a sua solidariedade relativamente aos dois lados. Quer se trate de afinidade, de solidariedade ou de autoprotecção, as escolhas fazem-se em linha directa mais do que em função dos colaterais (tios, primos, etc.), os quais são em grande medida ignorados. O grau de inclusão das três redes é quase total. A rede subjectiva revela assim a sua força e a sua fraqueza. Junta a afinidade, a solidariedade e a autoprotecção, é fundada numa comunidade de atitudes do homem e da mulher (homogeneidade e não-polarização), revelando-se assim altamente significativa, complexa, integrada. Mas por outro lado, dependente como está de sentimentos de afinidade cujas variações em função do ciclo familiar são bem conhecidas, estreita (densidade fraca) e limitada aos familiares mais próximos, pode muitas vezes não ser capaz de dar resposta ao que dela é esperado: o destino familiar das pessoas idosas demonstra amplamente este facto.

Por outro lado, tendo em conta a privatização das atitudes em relação ao parentesco, podemos para concluir perguntarmo-nos se a estrutura da rede subjectiva de parentesco depende do tipo de interacções que existe na família nuclear.

A esse respeito, classificamos as famílias observadas em três grandes categorias, a partir dos seus tipos de coesão interna e das suas fronteiras com o exterior. Utilizamos para isso um teste complexo dito «Teste de quem somos»¹⁵ que permite constituir três grandes categorias. As famílias «Baluarte» são muito fusionais (valorizando a similitude, o consenso) e fechadas sobre elas mesmas, mostrando repugnância em relação às interac-

ções externas. As famílias «Companheirismo» também são fusionais, mas valorizam muito as relações e os compromissos externos. As famílias «Associação» insistem muito, em matéria de coesão, na autonomia e na especificidade dos cônjuges, e valorizam uma interacção forte com o exterior. Estes tipos de interacção corresponderão a atitudes específicas em relação ao parentesco?

O tamanho da rede é bastante sensível a esta variável: dez pessoas são escolhidas para a rede de afinidade nas famílias Associação, contra catorze nas famílias Baluarte e Companheirismo. Mas estas variações não correspondem a densidades muito diferentes. As diferenças encontram-se mais uma vez na rede de solidariedade onde se escolhem nove pessoas nas famílias Associação e entre treze e catorze, em média, nas famílias Baluarte e Companheirismo. Mas neste caso, o máximo (dezasseis pessoas) é conseguido pelas famílias Baluarte e não pelas famílias Companheirismo. Não encontramos estes desvios na rede de autoprotecção, cuja extensão reduzida já é conhecida.

A homogeneidade da rede também é sensível ao tipo de coesão familiar. Nas famílias Associação, a homogeneidade da rede afinidade atinge apenas 42%, enquanto que se situa nos 61% nas famílias fusionais (Baluarte e Companheirismo). Um resultado semelhante aparece na rede de solidariedade (56% e 70% respectivamente). Pelo contrário, o grau de consanguinidade não é afectado pelo tipo de interacções familiares. Quanto à inclusão, observa-se que é um pouco menos pronunciada nas famílias Associação que nas famílias Companheirismo ou Baluarte (82% contra 94% para a inclusão da autoprotecção na rede de afinidade e 78% contra 91% para a inclusão da autoprotecção na rede de solidariedade). Pode então colocar-se a hipótese de que uma eventual evolução dos estilos familiares das famílias nucleares para uma maior insistência na autonomia dos cônjuges traduzir-se-á numa menor importância atribuída ao parentesco, numa homogeneidade menos nítida das redes e numa sectorialidade mais marcada das trocas. Mas não se deve aplicar sem mais nem menos esta ideia às famílias monoparentais que resultam de divórcios: começa-se de facto a saber que, pelo menos quando são chefiados por mulheres, estas famílias intensificam as suas trocas com os parentes.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- ¹ Ver a este respeito Burr *et al.* (eds.): *Contemporary Theories about the Family*, New York, The Free Press, 1979. Ver também G. P. Ferraro: «Some Methodical Observations on the Study of Urban Kinship», *Journal of Comparative Family Studies*, 1974, n.º 5, pp. 117-124.
- ² Gary R. Lee «Contemporary Perspectives» in Sussmann M. R. et Steinmetz M. K. (eds.) *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, 1987, pp. 59-80.
- ³ Hervé Le Bras «Evolution des liens de famille au cours de la vie. Comparaison entre la France actuelle et la France du XVIII^{ème} siècle», in *Les âges de la vie*, Travaux et Documents, n.º 96, INED, Paris, PUF, 1982, pp. 27-45.
- ⁴ Gokalp, Catherine «Le réseau familial», in *Revue Population*, n.º 6, 1978, pp. 1077-1093.
- ⁵ Tamara K. Hareven «Historical Analysis of the Family», in Sussman M. R. et Steinmetz M. K. (eds) *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, 1987, pp. 37-57.
- ⁶ Gary R. Lee, *op. cit.*, Pitrou, Agnès «Vivre sans famille? *Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*», Paris, Privat, 1978.
- ⁷ Louis Roussel et Odile Bourguignon, *La famille après le départ des enfants*, Travaux et Documents, n.º 78, INED, Paris, PUF, 1976.
- ⁸ Barbara H. Settles, «A Perspective on Tomorrow's Family», in Sussman M. B. et Steinmetz M. K. (eds.) *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, 1987, pp. 157-180.
- ⁹ Georges P. Murdock, *De la structure sociale*, Paris, Payot, 1972 (ed. originale 1949).
- ¹⁰ Paillat, Paul «La famille des salariés du secteur privé à la veille de la retraite», *Revue Population*, n.º 3, 1983, pp. 527-552.
- ¹¹ Para ter uma ideia geral, ver G. R. Lee: «Kinship in the seventies: a decade Review of Research and Theory», *Journal of Marriage and the Family*, vol. 42, n.º 4. Nov. 1980, pp. 923-934.
- ¹² No que diz respeito à rede de autoprotecção, também se fazia uma pergunta sobre o «tomar conta» dos filhos. No entanto, dado o afastamento geográfico da maioria dos membros do parentesco, os parentes tinham dificuldade em escolher pessoas do seu parentesco a quem entregar o filho durante 2-3 meses, pois implicaria um corte no seu percurso escolar. Ao nível dos resultados, podemos no entanto dizer que estes últimos se revelaram muito próximos daqueles obtidos numa outra questão de autoprotecção relativa ao empréstimo financeiro.
- ¹³ Deste ponto de vista, ver L. Roussel: *La famille après le départ des enfants*, Paris, Puf, 1976 e A. Pitrou: *Vivre sans famille*, Toulouse, Privat, 1978.
- ¹⁴ Aparecem resultados comparáveis, relativos à ajuda real pedida à rede de parentesco por parte das pessoas idosas, em C. Lalive d'Épinay et al.: *Vieillesse*, Saint-Saphorin, Georgi, 1983.
- ¹⁵ Jean Kellerhals, P. Y. Troutot, «Une construction interactive de types familiaux», *Actes de la Chaire Quételet*, Louvain-la-Neuve, 1986.

DEFINIÇÃO DOS ÍNDICES E RESULTADOS GLOBAIS

índices de densidade

$$\text{Densidade} = \frac{\text{Total das pessoas escolhidas pela mulher ou pelo marido}}{\text{Total das pessoas da rede}}$$

| | Rede Afinidade | Rede Solidariedade | Rede Autoprotecção |
|--------------------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|
| Meios Sociais de Quadros | 28 % | 27 % | 11 % |
| Meios Sociais Populares | 33 % | 33 % | 12 % |
| Total | 31 % | 30 % | 11 % |

Número médio de pessoas seleccionadas
(pela mulher ou pelo marido)

| | Rede Afinidade | Rede Solidariedade | Rede Autoprotecção |
|-----------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|
| M. S. Quadros | 11 | 9 | 3 |
| M. S. Populares | 15 | 15 | 3 |
| Total | 13 | 12 | 3 |

índice de homogeneidade

$$\text{Homogeneidade} = \frac{\text{Número de consaguíneos escolhidos simultaneamente pela mulher e pelo marido}}{\text{Número de consaguíneos escolhidos pelo marido ou pela mulher}}$$

| | Rede Afinidade | Rede Solidariedade |
|-----------------|-----------------------|---------------------------|
| M. S. Quadros | 54% | 70% |
| M. S. Populares | 57% | 63% |
| Total | 56% | 66% |

índice de consaguinidade

$$\text{Consanguinidade} = \frac{\text{Número de consaguíneos escolhidos}}{\text{Número de pessoas escolhidas}}$$

N. B.: Empregamos aqui uma noção «alargada» de consanguinidade. Trata-se dos consanguíneos da mulher e dos consanguíneos do marido. Construímos três índices: para a mulher, para o marido e para o casal.

| | AFINIDADE | | | CONSANGUINIDADE | | |
|-----------------|-----------|-----|-------|-----------------|-----|-------|
| | Ela | Ele | Casal | Ela | Ele | Casal |
| M. S. Quadros | 86 | 84 | 87 % | 87 | 85 | 82 % |
| M. S. Populares | 83 | 83 | 82 % | 83 | 83 | 82 % |
| Total | 85 | 84 | 85 % | 85 | 84 | 82 % |

índice de lateralidade

$$\text{Lateralidade} = \frac{\text{Densidade lateral masculina (DLM)}}{\text{Densidade lateral feminina (DLF)}}$$

$$\text{com DLM} = \frac{\text{Número de escolhas efectuadas do lado masculino pela mulher ou pelo homem}}{\text{Número de pessoas na rede do lado masculino}}$$

índice de Inclusão

$$\text{Inclusão} = \frac{\text{Número de pessoas escolhidas simultaneamente para Autoprotecção e Afinidade}}{\text{Número de pessoas escolhidas para Autoprotecção}}$$

N. B.: Idem para os outros casos

| | AUTO/AFI | AUTO/SOL | SOL/AFI |
|-----------------|----------|----------|---------|
| M. S. Quadros | 94 % | 89 % | 74 % |
| M. S. Populares | 88 % | 86 % | 70 % |
| Total | 91 % | 87 % | 73 % |